

A Poética da Ética



Carlos Pimenta

Publicado no Jornal Expresso Online
09/09/2020

Independente ao serviço de quem?

1. A realidade das coisas tem muitos elementos que não são considerados por nós, porque são desnecessários para a nossa vivência. Por exemplo, quando tencionamos ir trabalhar numa mesa nós dizemos “nós vamos trabalhar para aquela mesa”. Dispensamo-nos de descrever “aquela mesa” em pormenor (largura, altura, material de que é feito, características deste, etc.), acontecendo o mesmo com trabalho (o que vamos fazer, como, utilizando o quê e mais uma vez descrevendo até ao pormenor cada um dos objetos, etc.) O mesmo se poderia dizer em relação aos outros elementos (“nós”, intencionalidade,). Isto é, a realidade (“realidade em si”) é sempre muito mais do que aquilo que eu considero (“realidade para si”). Esta diferença existe sempre, seja qual for o tipo de conhecimento.

Tal é inevitável para se reter da complexidade (do ser e das relações entre eles) o que é essencial em cada momento. É isto que nos permite viver, e nesse sentido se encaminham todas as fases da nossa aprendizagem. Aprendemos a simplificar pela abstração e a expressar o resultado desta por meio de palavras que a exprime (“mesa”, “trabalho”, “nós”, no exemplo referido). Por isso as palavras são fundamentais, e devem ter um significado semelhante para o “emissor” e o “receptor”. Se nós, no exemplo anterior,

tivéssemos dito “iremos esbofar para a tábula daqui” dizíamos o mesmo, segundo o dicionário de sinónimos, mas não haveria comunicação entre nós e o outro a quem nos dirigíamos! Mais, essa comunicação tem raízes culturais diferentes, especificidades terminológicas locais e a probabilidade de desencontros é imensa.

Vivendo numa sociedade em que a informação tem um papel fundamental as palavras utilizadas, sobretudo as que são referidas de forma sistemática em determinadas situações específicas, é importante que todos nós assumamos uma postura de reflexão e crítica, utilizando este termo num sentido amplo (donde resultará uma aceitação ou rejeição ou uma postura intermédia recheada de hipóteses e considerações complementares).

2. Na problemática da fraude há, para nós, três conceitos que exigem a nossa análise cuidadosa: conflito de interesses, transparência e independência. Já tendo aflorado o primeiro, abordado cientificamente o segundo, abordaremos o terceiro nesta crónica.

Tomamos esta posição porque ela surge frequentemente associada às auditorias:

3. Segundo o Instituto Português de Auditoria Interna, uma auditoria “é o exame das demonstrações

financeiras de qualquer Emissora, feita por uma empresa de auditoria independente, de acordo com os regulamentos (...) com o fim de expressar uma opinião sobre tais demonstrações”.

4. É frequente as empresas que realizam auditorias socialmente importantes serem consideradas independentes (mesmo que tenham sido intermediários de acordos com offshores para fuga aos impostos ou funcionem em pleno conflito de interesses).

No momento em que foi apresentada, com grandes atrasos, ambiguidades do texto (perceptíveis e encobertos pelo seu secretismo) e provavelmente com importantes incongruências e conflitos de interesse), a auditoria ao Novo Banco, parece-nos oportuno refletirmos um pouco sobre o assunto.

5. Os auditores (os indivíduos sobre os quais recai o trabalho) podem ter uma boa ou má formação ética familiar, deontológica ou social, mas ao fazerem parte de uma empresa estão inevitavelmente inseridos numa rede de possíveis conflitos de interesse (por exemplo, manter ou não o emprego, acatar ou não as instruções hierárquicas, outras).

Mesmo que se admita que aqui não surjam problemas, há três outros níveis em que poderão surgir:

6. A fase de sistematicidade das fraudes empresariais conduziu em 2000 ao surgimento de fraudes com grandes impactos. Neste caso estão as falências, nos EUA, da Enron, da Tyco International e da WorldCom, assim como o fim da grande empresa de consultadoria e auditoria Arthur Andersen, responsável pelas avaliações equivocadas sobre a Enron. Na sequência disso, em 2002 surge a Lei Sarbanes-Oxley, uma norma que o Congresso dos Estados Unidos aprovou em 30 de julho daquele ano para ajudar a proteger os investidores de relatórios financeiros fraudulentos de empresas (cotadas em bolsa). Uma situação aí tipificada como proibida de acontecer é ter sido auditora de uma empresa de que também era consultora. No nosso país tal situação é consentida perfeitamente legal (mas profundamente incorreta), podendo acontecer com uma catadupa de justificações inventadas. Numa situação destas, como aconteceu com a auditoria ao Novo Banco, nunca poderemos ter uma auditoria ética e socialmente válida.

7. As empresas de auditoria, particularmente as de grande dimensão, existem porque têm clientes disponíveis para contratá-las com elevados montantes na compra do serviço que prestam. Há que fazer com que uma auditoria anteveja futuras contratações. A melhor forma é agradar ao cliente, é o texto ser suficientemente concordante com o que a direção da empresa auditada desejaria. Se tal poder ser contra a própria auditora, dada a probabilidade de futura deteção de fraudes no período auditado, há que encontrar a forma adequada de garantir solidamente um conjunto de ambíguas "reservas". No caso da referida auditoria tal passa pela próprio período considerado. Esta auditoria interessava fundamentalmente pela fase de constituição e funcionamento do Novo Banco, já que a fase anterior estava a ser analisada criminalmente.

8. Além dos aspetos anteriormente referidos há todo um conjunto de relações entre empresa e auditor que pode revelar múltiplos confli-

tos de interesse (interesses mútuos, empreendimentos comuns, conhecimentos, etc. ou puros atos de pagamento indevido para obter determinados resultados).

Se estas são as possibilidades existentes, se a entidade contratante é o Estado, deveria este tomar cuidados suplementares para que estas situações não surgissem, o que no caso referido não aconteceu.

8. Enfim não há auditorias independentes. Pode haver auditorias honestas ou desonestas, mas nunca ditas independentes.

Por isso o meu amigo quando ouvia falar em auditorias independentes perguntava sempre: "ao serviço de quem?".